



**Voto n.º 477/XIII/3.ª**  
**De Saudação pelo Dia da Tolerância Zero**  
**à Mutilação Genital Feminina - 6 de fevereiro**

As Nações Unidas declararam o dia 6 de fevereiro dia da tolerância zero à Mutilação Genital Feminina. Este flagelo afeta 200 milhões de mulheres, raparigas e meninas em todo o mundo e se nada for feito até 2030 serão mais 15 milhões. Esta prática nefasta é realizada em mais de 50 países, estimando-se que em Portugal existam cerca de 6 000 mulheres mutiladas, o que tem resultados dramáticos sobre a saúde sexual e reprodutiva das vítimas, mas também sobre o livre desenvolvimento e a dignidade da pessoa humana.

A MGF atenta contra a saúde das Mulheres e Raparigas e tem na sua origem práticas culturais ancestrais que não podem ser entendidas como justificação para a violação dos Direitos Humanos.

Portugal tem, desde 2007, Planos de Ação de combate à MGF, no âmbito da saúde e da educação, assim como no apoio a Organizações Não Governamentais e ao nível da cooperação internacional, em particular com o Fundo das Nações Unidas para a População e com o Comité Contra as Práticas Nefastas à Saúde da Mulher e da Criança da Guiné Bissau.

O Parlamento Português, nos *fora* interparlamentares onde participa e na ação efetiva, deve continuar a afirmar a universalidade e o respeito pelos Direitos Humanos das Mulheres, Raparigas e Meninas, de acordo com as convenções internacionais ratificadas por Portugal, nomeadamente a Convenção dos Direitos da Criança, a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres, a Convenção de Pequim e outros planos de ação resultantes da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento.

O Parlamento Português tem tido uma voz ativa contra a MGF, quer através do Grupo Parlamentar sobre População e Desenvolvimento e da Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação, quer através de iniciativas legislativas, com destaque para a autonomização em 2015 do crime no Código Penal, no seguimento da Convenção de Istambul.



Este ano o lema do Dia da Tolerância Zero é “O fim da MGF é uma decisão política: tolerância zero das instituições regionais e sub-regionais”.

Assim, a Assembleia da República, reunida em Sessão Plenária, reafirma o seu firme compromisso em contribuir para o combate a esta prática nefasta e para o cumprimento da Agenda 2030 das Nações Unidas, com vista à erradicação da Mutilação Genital Feminina.

Autores: Catarina Marcelino (PS), Rui Riso (PS), Emília Santos (PSD), Susana Amador (PS), Sandra Pereira (PSD), Sandra Cunha (BE), Margarida Balseiro Lopes (PSD), Teresa Caeiro (CDS-PP), Paula Santos (PCP), Ângela Guerra (PSD), Rita Rato (PCP), Elza Pais (PS), André Silva (PAN), Francisco Rocha (PS), António Lima Costa (PSD), Wanda Guimarães (PS), Palmira Maciel (PS), Sofia Araújo (PS), Maria da Luz Rosinha (PS), Emília Cerqueira (PSD), Lúcia Araújo Silva (PS), Cristóvão Crespo (PSD), Maria Augusta Santos (PS), Joana Lima (PS), Carla Tavares (PS), Marisabel Moutela (PS), José Manuel Carpinteira (PS), Norberto Patinho (PS), Vitalino Canas (PS), Regina Bastos (PSD), João Torres (PS), Inês Domingos (PSD), Santinho Pacheco (PS), Carla Sousa (PS), Ricardo Bexiga (PS), Rubina Berardo (PSD), Margarida Mano (PSD), João Gouveia (PS), Carla Barros (PSD), Tiago Barbosa Ribeiro (PS), Carlos Silva (PSD), Eurídice Pereira (PS), Nilza de Sena (PSD), Sara Madruga da Costa (PSD), Fernando Anastácio (PS), Berta Cabral (PSD), Maria Germana Rocha (PSD), Pedro do Carmo (PS).

**Votação em 2018-02-09 (na reunião plenária nº 47)**  
**Aprovado por unanimidade**